

INDICE

NOTA PRÉVIA – 2ª EDIÇÃO	5
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	7
1. A “ciência total do direito penal” e o direito processual penal	7
1.1. O direito processual penal, o direito penal e o direito penal executivo	7
1.2. O direito processual penal, a criminologia e a política criminal	11
2. As finalidades do processo penal	14
3. A conformação jurídico-constitucional do processo penal português	16
4. A estrutura do processo penal português	20
4.1. O Código de Processo Penal de 1929	20
4.2. O Código de Processo Penal de 1987 – processo penal de estrutura acusatória integrado por um princípio de investigação	21
CAPÍTULO II. O DIREITO PROCESSUAL PENAL E A SUA APLICAÇÃO	23
1. A interpretação e a integração da lei processual penal	23
2. A aplicação da lei processual penal no espaço	24
3. A aplicação da lei processual penal quanto às pessoas	25
4. A aplicação da lei processual penal no tempo	26
CAPÍTULO III. PARTICIPANTES E SUJEITOS PROCESSUAIS	29
1. Tribunal (juiz)	29
2. Ministério público	34
3. Arguido e suspeito	36
4. Defensor	46
5. Assistente e ofendido	49

6. Partes civis	56
7. Órgãos de polícia criminal	58

CAPÍTULO IV. A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO PENAL COMUM – A FASE DE INQUÉRITO

1. Princípios gerais da promoção processual	63
1.1. Princípio da oficialidade	64
1.2. Princípio da legalidade	69
1.3. Princípio da acusação	76
2. Princípios gerais da prossecução processual	78
2.1. Princípio do contraditório	78
2.2. Princípio da suficiência	80
3. A fase de inquérito	82
3.1. Abertura	82
3.2. Finalidade, direção e atos do ministério público	84
3.3. Encerramento	87
3.3.1. Despacho de arquivamento	89
3.3.2. Despacho de acusação	90
3.3.3. Alternativas ao despacho de acusação	92
3.3.4. Controlo da decisão de arquivar ou de acusar	97

CAPÍTULO V. A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO PENAL COMUM – A FASE DE INSTRUÇÃO

1. Abertura	99
2. Finalidade	102
3. Direção e conteúdo	105
4. Encerramento	107
5. Irrecorribilidade	109

CAPÍTULO VI. MEIOS PROCESSUAIS

1. Meios processuais	113
2. Meios de obtenção da prova e meios de prova	114
2.1. Meios de obtenção da prova	115
2.2. Meios de prova	125
3. Medidas cautelares e de polícia	133
4. Detenção	136
5. Medidas de coação	139
5.1. Princípios de aplicação	140
5.2. Condições de aplicação	148
5.3. Modos de impugnação. O recurso e a providência de <i>habeas corpus</i>	155

6. Medidas de garantia patrimonial	157
CAPÍTULO VII. A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO PENAL COMUM – A FASE DE JULGAMENTO	165
1. Tribunal competente para o julgamento	165
2. Atos preliminares	170
3. Princípios gerais	171
3.1. Princípio da investigação	171
3.2. Princípio da legalidade da prova	173
3.3. Princípio da livre apreciação da prova	176
3.4. Princípio <i>in dubio pro reo</i>	180
3.5. Princípio da publicidade	182
3.7. Princípios da oralidade e da imediação	186
3.8. Princípio da concentração	190
4. Alteração dos factos e alteração da qualificação jurídica	193
5. A presença do arguido na audiência de julgamento	199
6. A sentença	204
CAPÍTULO VIII. IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES – RECLAMAÇÃO E RECURSO	209
1. Impugnação das decisões – reclamação e recurso	209
2. Recursos ordinários	210
2.1. Princípios	211
2.2. Poderes de cognição	221
3. Recursos extraordinários	224
BIBLIOGRAFIA	227